



Agora é lei: divulgação detalhada de tarifas de serviços públicos na internet

As concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica terão que divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços

Foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (6) a Lei 13.673/18 que obriga a divulgação na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos praticados pelas concessionárias e serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica. **p.2**

Eros Biondini debate Fim do Foro Privilegiado

O parlamentar reafirmou sua posição contrária ao atual sistema do foro por prerrogativa de função

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o fim do foro privilegiado (PEC 333/17), o chamado foro por prerrogativa de função para autoridades, debateu novamente o assunto esta semana.

O deputado Eros Biondini (PROS-MG), 3º vice-presidente, reafirmou que lutará pelo fim do foro privilegiado para autoridades em todos os níveis.

"Não há como negar que o foro privilegiado quebra o princípio de que todos são iguais perante a lei. Como vice-presidente da comissão especial, trabalharei com afinco para derrubar esse privilégio em todos os níveis!", disse Eros Biondini. **p.3**



Reforma Tributária **JÁ!**



Bancada do PROS diz não ao aumento de impostos e cobra reforma tributária

p.4

Lei que exige divulgação detalhada de tarifas de serviços públicos é sancionada

A nova lei tem origem no Projeto de Lei 5050/09, de autoria do deputado Felipe Bornier



Divulgação/PROS

Foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (6) a Lei 13.673/18 que obriga a divulgação na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos praticados pelas concessionárias e serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei 5050/09, de autoria do deputado Felipe Bornier (PROS-RJ). “Estamos trabalhando para fazer valer os direitos de milhares de usuários de serviços públicos, para permitir a transparência e a necessária informação dos seus consumidores”, disse Felipe Bornier.

O texto de Felipe Bornier altera três leis para incluir exigência da divulgação no site de cada concessionária de tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos

cinco anos. A previsão será incluída na Lei das Concessões, na lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica e na Lei Geral de Telecomunicações.

“Tais direitos estão pautados na necessária eficiência que devem permeiar as prestações desses serviços públicos, fundamentalmente, no que diz respeito à possível cobrança por parte dos usuários em terem serviços dignos”, ressaltou Felipe Bornier.

“É imperativo que façamos valer os direitos de milhares de usuários de serviços públicos, para permitir a transparência e a necessária informação dos seus consumidores”, disse Felipe Bornier.

Além de divulgar uma tabela com o valor final das tarifas praticadas, de forma clara e de fácil compreensão, a concessionária deverá divulgar também a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.

Aprovada subcomissão proposta por André Amaral para discutir preço da gasolina

Proposta é de autoria do deputado André Amaral (PROS-PB) na Comissão de Defesa do Consumidor



Divulgação/PROS

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara aprovou dois requerimentos do deputado federal André Amaral (PROS-PB). No requerimento 236/18, o parlamentar requer criação de subcomissão especial para acompanhar, avaliar e propor medidas acerca da política de reajuste de preços de combustíveis.

“Os preços não param de subir. Os postos dizem que não tem diesel para não aplicar o desconto oferecido pelo governo durante o acordo e, além disso, temos uma total falta de análise e discussão da metodologia de preços da ga-

solina e do gás para o consumidor final. Não devemos ter mais pontos obscuros nessa política e por isso trabalharemos duro para que a população seja ouvida”, disse André Amaral.

Já no requerimento 237/18, o deputado solicita realização de audiência pública para debater os preços dos combustíveis automotivos, além do gás (GLP).

Tramitação

A Comissão de Defesa do Consumidor ainda decidirá data oportuna para a realização da audiência pública.

expediente

Anexo II - Piso Superior - Ala B - Sala 179
 Telefone: (61) 3215-9996
 Email: comunicacao.lidpros@camara.leg.br
 Líder: Felipe Bornier (RJ)
 Chefe de Gabinete: Jairo Ribeiro
 Coordenador de Comunicação: Thyago Marcel
 Fotógrafo: André Abrahão
 Diagramador: Jefferson Santos

prosnacamara.org.br

facebook.com/prosnacamara

twitter.com/prosnacamara

flickr.com/prosnacamara



Leia nosso informativo no seu celular

Para acessar o informativo da Liderança do PROS no seu smartphone, instale um leitor de QR Code e fotografe a imagem ao lado.

Deputados do PROS convidam responsáveis pela Lava Jato para debater fim do foro privilegiado

Eros Biondini (MG) e Jaime Martins (MG) assinaram o requerimento convidando o juiz federal Sérgio Moro e o procurador da República, Deltan Dallagnol

Divulgação/PROS



A comissão especial da Câmara que analisa a proposta que extingue a prerrogativa de foro para autoridades (PEC 333/17), o chamado foro

privilegiado, fará diversas audiências públicas para debater o assunto.

Em um de suas últimas reuniões, a comissão aprovou o requerimento de audiência pública, de autoria do deputado Eros Biondini (PROS-MG), subscrito pelo deputado Jaime Martins (PROS-MG), em que convida para o debate o juiz federal Sérgio Moro e o procurador da República, Deltan Dallagnol, responsáveis pela operação Lava Jato. Oportunamente, a comissão divulgará local e data da audiência pública.

Jaime Martins declara-se contrário à atual amplitude do foro privilegiado. “Estamos preparando um plano de trabalho a fim de debater a fundo esse tema, que faz tanto sentido para a sociedade brasileira. Temos o objetivo de acabar com toda e qualquer impunidade. O fim do Foro Privilegiado, neste tempo que vivemos, é mais que um dever do Estado e eu vou trabalhar no Parlamento para que seja realidade no Brasil”, disse Jaime.

Na opinião de Eros Biondini, não há que se falar em instabilidade das instituições. “O fim do



Divulgação/PROS

foro por prerrogativa não é fator de instabilidade para as instituições: ao contrário, reforça o seu vigor democrático e o império da lei, conferindo-lhe, em sentido diametralmente oposto, bastante estabilidade”, concluiu.

João Fernando Coutinho preside debate sobre portabilidade da conta de luz

João Fernando Coutinho (PROS-PE) conduziu nova audiência pública para discutir o projeto sobre a Portabilidade da Conta de Luz

Divulgação/PROS



O deputado João Fernando Coutinho (PROS-PE) segue na condução de diversas audiências públicas na Comissão Especial sobre a Portabilidade da Conta de Luz (PL 1917/15), cujo objetivo, entre outros aspectos, é discutir a ampliação do mercado livre de energia e seus efeitos sobre a economia, a preservação da segurança energética e as consequências para os seus consumidores. O deputado João Fernando Coutinho é o presidente do colegiado.

A proposta analisada, em um primeiro momento, reduz as exigências para que os grandes consumidores, em geral indústrias, comprem energia livremente, ou seja, optem entre diferentes fornecedores no mercado de energia elétrica. O texto permite a abertura gradual desse mercado para que, a partir de 2022, o consumidor comum também possa escolher de quem comprar energia.

Entenda

Na última semana, João Fernando fez

questão de explicar como a proposta pode mudar a vida da população. “Estamos enfrentando uma legislação estagnada e queremos dar oportunidade para que o consumidor possa, assim como foi na área de telecomunicações, escolher de quem comprar energia”, explicou em vídeo divulgado em suas redes sociais. Confira.

Vídeo



Já pensou se você pudesse escolher de quem comprar sua energia?

“A proposta visa aumentar a competitividade e permitir a abertura do mercado assim como aconteceu com o setor de telecomunicações”.



Bancada do PROS diz não ao aumento de impostos e cobra reforma tributária

Deputados federais defendem reorganização tributária para beneficiar toda a sociedade e impulsionar o país para o crescimento econômico

Divulgação/PROS

Reforma Tributária **JÁ!**

Bancada do PROS diz não ao aumento de impostos e cobra reforma tributária

Em meio as discussões que mobilizaram os deputados federais em torno da crise dos combustíveis nas últimas semanas, o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) na Câmara dos Deputados reforçou seu posicionamento em torno de uma Reforma Tributária ampla, justa e solidária.

“É um momento importante para repensarmos a arcaica e injusta carga tributária brasileira, bem como a política de preços dos combustíveis, que penaliza o coletivo em benefício de setores segmentados de transporte. Seja na gasolina, no álcool, no diesel pago pelos caminhoneiros, tudo isso interfere e recai sobre o preço final de produtos, de toda uma cadeia produtiva. Quem paga e

sofre com isso é o cidadão”, disse Jaime Martins (PROS-MG).

Ao discursar no Plenário da Casa, o líder do partido, deputado Felipe Bornier (RJ), também pontuou os principais gargalos que impendem o crescimento econômico, ressaltando que, a Reforma Tributária é um tema urgente para o País.

“Nesse momento de crise pelo qual passa o País, recebendo as diversas e justas reivindicações dos trabalhadores caminhoneiros, o Parlamento deve aproveitar para discutir uma ampla reforma tributária em nosso País. Precisamos de mudanças que atendam as expectativas do povo brasileiro”, completou Felipe Bornier.



Divulgação/PROS

A deputada federal Josi Nunes (PROS-TO) também discursou para comentar a crise dos combustíveis. Na oportunidade, Josi Nunes cobrou do Legislativo protagonismo para levar adiante a Reforma Tributária no país.

“Somos um país que oprimimos o contribuinte com uma elevadíssima carga tributária e, ao mesmo tempo, o Estado não oferece ao cidadão serviços públicos de qualidade. Em resumo, o brasileiro paga caro ao Estado e dele recebe maus serviços”, salientou.

Já o deputado Weliton Prado (PROS-MG) foi mais enfático e criticou o atual governo de Michel Temer por não entender o recado que vem das ruas contra o aumento de impostos. “Gostaria de fazer um apelo ao presidente da República. Ele tem que entender o reca-

do que vem das ruas. E não é só combustível. É muito mais amplo. A população está revoltadíssima com o Congresso Nacional, com esta Casa e com o sistema político”, afirmou Weliton Prado.



Divulgação/PROS

Divulgação/PROS



Para o deputado Vaidon Oliveira, a Reforma Tributária não trará solução para problemas que por décadas foram colocados de lado pelos gestores, mas, certamente, acredita o parlamentar, trará mais igualdade na distribuição de renda.

“Favorecerá principalmente famílias com renda mais baixa, pois a carga tributária proporcionalmente fica insuportável. Devemos repensar um novo modelo de sistema tributário com mais igualdade, e isso começa nesta Casa, com participação de especialistas, parlamentares e da sociedade”, completou.

Entenda



O PROS integra e apoia o Movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil. Na oportunidade de seu lançamento em abril deste ano, o partido anunciou o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Tributária no Congresso Nacional.

O tema ganhou apoio da Bancada Federal e uma parceria entre as principais entidades do fisco nacional.



Divulgação/PROS

Clarissa Garotinho comemora aprovação da proposta que anistia bombeiros do RJ

A CCJ da Câmara dos Deputados aprovou proposta que anistia bombeiros do Rio de Janeiro de crime de improbidade

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 3695/15, que concede anistia aos bombeiros militares do estado do Rio de Janeiro aprovados em concurso público realizado em 1998, quanto aos atos que impliquem faltas ou transgressões de natureza administrativa, civil, penal e perda dos direitos políticos, em decorrência da arguição de vícios no procedimento seletivo.

O texto assegura aos anistiados a continuidade da investidura e do exercício da função pública.

Punições



Na última reunião que discutiu a matéria, Clarissa Garotinho interrompeu a CCJ em defesa dos bombeiros militares. Alguns parlamentares discutiam a punição de militares envolvidos nos protestos que ocorreram entre janeiro e março de 2012.

Na época, como deputada estadual, Clarissa Garotinho (PROS-RJ) participou de todas as negociações para que a categoria não fosse punida por protesto em defesa de melhores condições de trabalho.

“Particpei ativamente no apoio aos bombeiros militares. Foi um movimento que buscou uma interlocução pacífica com o governo durante todo o tempo. Diversas reuniões foram desmarcadas ou canceladas, em total desrespeito ao movimento. Depois de várias tentativas e buscando uma alternativa de conciliação, o último ato que restou foi o que o governo chamou de invasão e os bombeiros de ‘ocupação da nossa casa’. Isso resultou em perseguição e prisão”, disse.

Tramitação



A proposta ainda precisa ser analisada pelo Plenário.



Divulgação/PROS

Wandscheer comenta benefícios do Marco Regulatório do Transporte de Cargas

Encontra-se na pauta de votações da Câmara a proposta, aprovada em comissão especial presidida por Toninho Wandscheer, que regulamenta o Transporte Rodoviário de Cargas



No texto, são estabelecidas as formas de contratação dos transportadores (autônomos, de cooperativa ou empresa), regras para a segurança nas estradas e normas para a contratação de seguros em caso de acidentes, perda de mercadoria e até furtos e assaltos.

O substitutivo apresentando cria o vale-pedágio, mecanismo de pagamento automatizado que será obrigatório. Torna ainda obrigatória a inspeção de segurança veicular de todos os veículos de carga, com maior frequência quanto mais velho o veículo.

Wandscheer presidiu a comissão especial que votou o Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas, aprovado em dezembro de 2017. Em meio à crise provocada pela paralisação dos caminhoneiros na última semana, o parlamentar acredita que a proposta atende diversas reivindicações como também regulamenta pontos obscuros da lei.

Vídeo



“Precisamos defender nossos caminhoneiros e garantir um futuro melhor para a categoria”, disse Toninho Wandscheer.



Divulgação/PROS

Vitor Valim critica governador Camilo Santana e exige votação do PL sobre bloqueadores de celulares

“O direito de ir e vir do cidadão cearense não está sendo respeitado e muito menos dos turistas. Este ano, mais de 1800 pessoas foram assassinadas”

Divulgação/PROS



“Infelizmente, o governador Camilo Santana (PT) continua mantendo a mesma linha de atuação e, por isso, estamos tendo resultados insigni-

ficantes há muito tempo”, afirmou o deputado federal Vitor Valim (PROS-CE) durante sessão Plenária da Câmara dos Deputados.

Vitor Valim solicita à Presidência da Casa que inclua na pauta de votações o projeto, já aprovado no Senado, que obriga a instalação de bloqueadores de celulares em presídios (PLP 470/18). O deputado considera inadmissível que bandidos continuem comandando crimes de dentro das penitenciárias.

“Eu faço um apelo para que o presidente desta Casa tenha coragem, a mesma que falta ao governador do Ceará, para pautar o projeto que determina a instalação de bloqueadores de celulares”, disse Valim.

Entenda



O PLP 470/18 prevê o uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para custear o serviço de instalação e manutenção de bloqueadores de sinal de celular em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação socioeducativa.

A proposta que obriga a instalação de bloqueadores de celulares tramita em regime de urgência e já está pronta para análise do Plenário da Câmara.

Toninho Wandscheer flexibiliza lei para garantir ajuda a moradores de rua

O projeto considera recursos da própria Lei Orgânica da Assistência Social para permitir, por exemplo, compra de cobertores e alimentos a moradores de rua

Divulgação/PROS



A Câmara dos Deputados passa a analisar o Projeto de Lei 10298/18, de autoria do deputado federal Toninho Wandscheer (PROS-PR), que flexibiliza a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) para permitir que os recursos de seu cofinanciamento sejam também destinados a compra de materiais e alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Apesar de o texto da lei autorizar, de forma genérica, o financiamento desses serviços, tem havido restrições práticas para a utilização dos recursos federais em benefício da população

vulnerável”, explica Wandscheer.

A proposta de Wandscheer permite, com os recursos previstos para a execução do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a distribuição gratuita de cobertores, agasalhos, alimentos e outros itens básicos de assistência às pessoas que vivem em situação de rua ou de vulnerabilidade.

Tramitação



O PL 10298/18 aguarda despacho do presidente da Câmara para iniciar a sua tramitação nas comissões.